

Modelo de Arinos é o de 64

RIO
AGÊNCIA ESTADO

O presidente da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, Afonso Arinos, revelou plena identificação filosófica com a concepção do modelo econômico defendido pelo presidente Emílio Garrastazu Médici, durante o período mais duro do movimento de 64, e por seu sucessor, o general Ernesto Geisel, ao defender a tese de que só o Estado é capaz de resolver os problemas mais graves da sociedade brasileira.

Foi exatamente esta tese que Arinos defendeu ao definir sua opção por um modelo estatizante para a próxima Constituição durante entrevista a *O Estado*, que foi adotada com ênfase pelo general Médici e defendida com entusiasmo em várias ocasiões, até mesmo em instituições militares de ensino, particularmente na Escola Superior de Guerra.

Mesmo encontrando já viabilizada uma indústria que surgiu e se consolidou com apoio do empresariado privado nacional — a automobilística — Médici defendeu o "Executivo forte", que foi objeto de várias declarações de apoio, quase sempre em nome da necessidade de decisões compatíveis com um país citado como "potência emergente".

DECISÕES RÁPIDAS

Um documento da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, elaborado durante o governo Médici, destaca a importância do "Executivo forte", e, depois de citar "a maior concentração de poderes nas mãos do Executivo na França de De Gaulle e na Alemanha Ocidental", diz que "essa tendência é possivelmente uma resultante da eliminação do tempo e da distância dos acontecimentos contemporâneos. Os fatos têm hoje um caráter de instantaneidade, exigindo decisões imediatas e, conseqüentemente, a indispensável concentração de poderes".

O mesmo documento cita um dos argumentos que refletiram a tendência estatizante de Médici e Geisel, agora também revelada por Arinos: "os adeptos da centralização argumentam que as diferenças locais criam desigualdades e que o controle central da maioria das atividades go-

vernamentais é necessário para obter uniformidade de ação e normas e para permitir o planejamento em nível nacional".

Depois de apenas citar os argumentos dos defensores das teses federalistas e centralizadoras, sem defender claramente uma opção, o mesmo documento diz que "um difícil problema das democracias é o dos 'grupos de pressão'".

O documento da Ecem não é, entretanto, o de conteúdo mais estatizante, pois o que defende mais força para o Estado, nos moldes do nível que Afonso Arinos defendeu esta semana, classificando de "fraco" o empresariado privado nacional, é, entre outros, um publicado pela revista *A Defesa Nacional*, durante o governo Geisel.

Um dos seus trechos, depois de lembrar "a intervenção militar que pôs fim ao governo João Goulart, em 1964", diz que o processo de reorganização caracterizou-se "por um esforço deliberado no sentido de 'despolitizar' as decisões governamentais e de desmobilizar os movimentos políticos de massas. E, em conseqüência de tal esforço, passaram os escalões técnicos da burocracia a desempenhar um papel crucial na distribuição de recursos públicos". "A partir de então, o Poder Executivo estendeu, rapidamente, seu controle sobre a vida nacional e o processo legislativo passou, então, a depender crescentemente da iniciativa do presidente da República e de seus auxiliares imediatos."

Prós e contras

Outro documento, da Escola Superior de Guerra, elaborado durante o governo Geisel, quando houve um modelo centralizador, dá respaldo à tese defendida por Afonso Arinos — "No Brasil, as campanhas antiestatização ocorrem epidemicamente e, na maioria das vezes, quando a sociedade necessita realizar esforços rápidos de transformação ou de mudança de ênfase, para os quais a estrutura econômica tradicional não está preparada para responder" — e, assim como ele, omite a modernização industrial ocorrida de 56 a 60 sem apelo à excessiva estatização.

Já outro documento da Escola Superior de Guerra, elaborado du-

rante o governo Médici, contesta proposta de censura à imprensa aprovada pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais (nos períodos de estado de sítio e estado de alarme), quando diz que "a censura pode levar à tirania". Esse documento, após ter sua publicação iniciada na época, foi censurado pela Polícia Federal.

Por sua vez, as Forças Armadas, no esforço destinado a elevar a capacidade de suprimento do seu material no próprio País, fizeram a opção por encomendas à indústria privada, e não à estatização. Assim, não só na criação e consolidação da indústria automobilística e na de mecânica pesada, de um modo geral, como lembrou o almirante Lúcio Meira, mas também na indústria militar, os projetos tecnológicos e industriais se viabilizaram, com benefícios para os campos da segurança, da economia (com as grandes exportações) e social, através da solução privativista, e não estatizante.

A experiência estatizante e centralizadora do passado já não tem na área militar o entusiasmo que o professor Afonso Arinos demonstrou esta semana. O ministro-chefe do Emf, almirante José Maria do Amaral Oliveira, que tem adotado uma posição liberal, defendeu uma sociedade democrática, com ênfase para o princípio da livre iniciativa.

O mais antigo oficial-general em serviço, um dos que foram ouvidos por Tancredo Neves para a fundação da Nova República, brigadeiro Deoclécio Lima de Siqueira, que defendeu a volta ao estado de direito durante o Ato Institucional nº 5 e a plenitude do *habeas corpus*, disse que tem confiança na livre iniciativa, e não endossou a declaração do professor Arinos de que o empresariado nacional é fraco para a viabilização de soluções para os graves problemas nacionais. O brigadeiro, que se opôs à centralização estatal em um dos períodos em que foi mais adotada, disse que prefere regimes que tenham a descentralização como uma de suas características. Para ele, o quadro decadente de miséria mostrado pelo cientista social Hélio Jaguaribe não exige um estado todopoderoso, mas sim uma consciência nacional aliada à sensibilidade e participação.

Outro militar manifesta-se contra projeto

RIO
AGÊNCIA ESTADO

O brigadeiro Deoclécio Lima de Siqueira, ministro do Superior Tribunal Militar, também se manifestou contra a proposta da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais referente à Forças Armadas e afirmou ontem que a menção a suas responsabilidades nos campos externo e interno deve ser mantida na nova Constituição. Para o brigadeiro, as Forças Armadas são instituições apolíticas, nacionais e se destinam "à defesa da soberania, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem".

Deoclécio ressaltou, contudo, que as Forças Armadas devem permanecer sob o comando do presidente da República "e dentro da ordem jurídica democrática, que deve dar o respaldo para suas atividades". Nesse sentido, disse que "as ditaduras não são boas nem mesmo para a formação dos militares, porque não asseguram nem mesmo uma profissionalização no nível desejado".

O jurista Miguel Reale Jr. disse, por sua vez, que "as Forças Armadas devem ser co-responsáveis, sob o comando do presidente da República, e ao lado do Legislativo, pela manutenção da ordem constitucional". Reale Jr., que é membro da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, não apoiou, no entanto, a proposta de alteração da missão das Forças Armadas. Já o procurador-geral da República, Sepúlveda Pertence, defendeu que a comissão substitua a atribuição das Forças Armadas por "outra tão eficaz quanto, e eficaz dentro do regime democrático". A seu ver, "o documento aprovado pela comissão prevê que as Forças Armadas se destinam à proteção da soberania do País e integridade de seu território e dos poderes constitucionais". E alguns senadores militares que analisaram a proposta sustentaram que as Forças Armadas têm o direito de expressar sua opinião.